



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Contribuição da Indústria à Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

Diretoria de Relações Institucionais

Monica Messenberg Guimarães

Diretora

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

Diretoria de Comunicação

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira

Diretor Adjunto

Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Diretor de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha

Diretor

Diretoria CNI/SP

Carlos Aberto Pires

Diretor

**Contribuição da Indústria à
Estratégia Nacional de Adaptação
às Mudanças Climáticas**

Brasília, 2016

© 2016. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI - Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília - DF

Tel.: (61) 3317- 9000

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992 -

sac@cni.org.br

SUMÁRIO

1. Contextualização	1
2. Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA)	4
2.1 Adaptação às Mudanças Climáticas – informações técnicas relevantes ao setor industrial	4
2.2 A Distribuição do Ônus da Adaptação às Mudanças Climáticas	5
2.3 Governança e Implementação	7
2.4 O Papel da Indústria	8
3. Considerações Finais	10



1. Contextualização

Atividades industriais são sensíveis às variações climáticas, principalmente pelo seu efeito sobre a disponibilidade de recursos naturais e a infraestrutura. A capacidade de adaptação às mudanças climáticas pela sociedade é condição para o desenvolvimento econômico no médio e longo prazos. Logo, o envolvimento das partes interessadas (governo, representações da sociedade civil e setor privado) na construção da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas é de suma importância.

A capacidade de gerenciamento e a minimização dos riscos climáticos do setor industrial estão ligadas a grandes investimentos, aumento de custos, reputação e até mesmo permanência no mercado. Por outro lado, há oportunidades que se bem geridas podem atenuar perdas econômicas, aumentar a resiliência climática e fortalecer a competitividade da indústria e suas cadeias produtivas.

Com o intuito de fornecer diretrizes para tratar as questões de adaptação às mudanças climáticas no Brasil, o Governo Federal está construindo Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA). A iniciativa representa um avanço importante na consolidação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e aporta um incentivo importante para que Estados e setor privado desenvolvam suas próprias iniciativas.

A metodologia de planejamento adotada pelo Grupo Executivo sobre Mudança do Clima se destaca por incorporar os desafios da transversalidade, transparência e participação dos diversos atores. O esforço integrado do Governo Federal em coordenar o processo de forma democrática com a participação da sociedade deve ser saudado, tanto quanto o reconhecimento de que essa versão do PNA é o passo inicial de um processo contínuo.

Além desses aspectos, destacam-se os seguintes avanços:

- ✓ Alinhamento nacional sobre a visão, conceitos, abordagens e métodos para tratamento do tema adaptação às mudanças do clima em políticas públicas, a partir dos princípios orientadores.

- ✓ A sistematização de grande volume de informações setoriais e a integração do PNA de forma abrangente com grupos técnicos temáticos.
- ✓ O reconhecimento de que os orçamentos públicos e fundos especialmente constituídos, em consonância com o planejamento governamental do Plano Plurianual existentes, são os instrumentos prioritários para o financiamento do PNA.

O Novo Acordo de Paris reconhece a adaptação às mudanças climáticas como tema tão importante quanto à mitigação de emissões de GEE - Gases de Efeito Estufa. O estabelecimento do cenário futuro de emissões de GEE predeterminados para o aumento da temperatura média global da superfície terrestre, orientou o planejamento das estratégias em adaptação às mudanças climáticas a sistemas possíveis.

Entendendo que pode contribuir com o Governo, a CNI criou no ano de 2014 a Câmara Técnica de Adaptação às Mudanças Climáticas (CT Adaptação). Esta é composta por representantes da CNI, federações de indústria, associações setoriais e empresas. No papel de principal interlocutora da indústria na construção do PNA, a CT Adaptação vem trabalhando em estreita parceria com o Governo Federal. O principal produto desta parceria até então, são as contribuições a minuta do PNA referentes ao capítulo do setor industrial.

Dando continuidade a esta parceria, a CNI vem por meio deste documento, apresentar sua contribuição à estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas. São apresentadas orientações e contribuições do setor industrial quanto à construção de estratégias e ações de adaptação às mudanças climáticas eficientes, com ênfase na governança e implantação do PNA. Este é um instrumento central, para que o setor industrial possa planejar ações privadas visando prevenir os riscos climáticos e gerar oportunidades, corroborando assim com o desenvolvimento do país.

Além da CT Adaptação, a elaboração e aprovação deste documento contou com a participação de representantes das federações das indústrias de todo o Brasil, por meio dos Conselhos Temáticos de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI (COEMAS), conforme fluxograma a seguir:

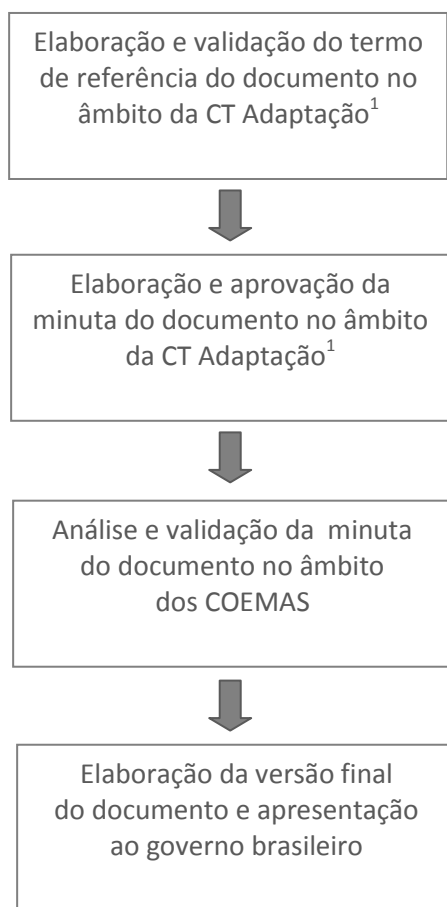


Figura 1: Procedimento de elaboração e validação utilizados no documento de “Contribuição da Indústria à Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas”.

¹ Formada por representantes das federações de indústria, associações setoriais, empresas e redes de Biodiversidade e Florestas, Clima e Recursos Hídricos da CNI.

2. Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA)

2.1 Adaptação às Mudanças Climáticas – informações técnicas relevantes ao setor industrial

As atividades exercidas pelo setor industrial envolvem diversas etapas: realização de investimentos, desenvolvimento de mercados, busca por recursos naturais, qualificação de mão de obra, construção de infraestrutura, etc. Logo, um planejamento bem consolidado é necessário.

O desenvolvimento de estratégias corporativas de adaptação às mudanças climáticas pelo setor industrial será baseado em eficazes análises e mecanismos de gerenciamento de risco. Investimentos em ações estruturais e não estruturais, que reduzem a exposição das operações industriais aos impactos das mudanças climáticas, também deverá compor estas estratégias. A incorporação gradativa das análises associados às mudanças climáticas no planejamento das empresas é de suma importância para a melhoria da sua competitividade, considerando uma perspectiva de médio e longo prazos.

Para isso, passa a ter papel importante o fornecimento e a geração de mapas com a previsão da mudança do clima seguidos de uma análise da vulnerabilidade em escala regional pelo governo, composto por parâmetros relevantes. Sugere-se que os parâmetros sigam as seguintes especificações:

- ✓ **Escala espacial:** A previsibilidade do sistema climático tem limites. De um modo geral, a previsão é melhor para escalas de tempo mais longas e para áreas maiores.

- ✓ **Variáveis meteorológicas de importância:** O impacto da mudança do clima na indústria varia de acordo com o tipo de atividade e de sua sensibilidade a cada variável meteorológica. No Brasil, as variáveis meteorológicas de maior relevância sob o ponto de vista dos impactos da mudança do clima são a precipitação e a evapotranspiração. Outras variáveis importantes são temperatura, ventos e radiação.

- ✓ **Escala temporal:** O planejamento no setor industrial tem prazos variáveis, dependendo do tipo de atividade. No entanto, dificilmente estes planejamentos são muito longos. Assim, sugere-se que as previsões de mudança de clima regional sejam realizadas num horizonte a ser discutido, com casos pontuais de previsões para prazos mais longos.

- ✓ **Cenário futuro de emissões de GEE:** A adoção de cenários futuros de emissões de GEE predeterminados e que estejam alinhados com o Novo Acordo de Paris reduzirá as variabilidades envolvidas, tornará resultados facilmente comparáveis e simplificará o planejamento a ser realizado pelo setor industrial. Por esta razão, seria conveniente que os mapas da distribuição geográfica da mudança do clima sejam elaborados com o uso dos cenários de emissões, correspondentes aos seguintes valores de estabilização do aumento da temperatura média da superfície terrestre:
 - 2,0°C - Compromisso assumido pelos países no Acordo de Paris.

 - 1,5°C - Intenção dos países no Acordo de Paris.

 - 3,5°C - Valor que será atingido como resultado dos compromissos de redução de emissões de GEE já assumidos pelos países individualmente.

2.2 A Distribuição do Ônus da Adaptação às Mudanças Climáticas

A adaptação às mudanças climáticas envolverá diversos custos à sociedade e, também, proporcionará oportunidades para a criação de novos mercados. Em especial ao setor industrial, os custos estão relacionados a mudanças em instalações existentes, perdas de produção, realocação de fábricas, investimento em infraestrutura, desenvolvimento de tecnologia, aumento no prêmio de seguros, prevenção de riscos, reputação, permanência no mercado, etc.

As políticas públicas associadas à adaptação às mudanças climáticas tem função relevante para atenuar os possíveis aumentos de riscos e custos sobre as partes interessadas na cadeia produtiva da indústria.

Assim, é importante que a estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas aborde a alocação de custos e riscos associados, levando em consideração que o tema é de interesse da sociedade.

O apoio do governo ao setor industrial na área de adaptação às mudanças climáticas é indispensável para:

- ✓ Valorizar ações já realizadas pelos setores da economia brasileira.
- ✓ Criar mecanismos de incentivos para compartilhar de forma equitativa, os custos oriundos de adaptação às mudanças climáticas.
- ✓ Garantir transferência internacional de recursos tecnológicos e financeiros visando apoio no desenvolvimento de ações de adaptação no Brasil.
- ✓ Implementar infraestruturas com maior resiliência às mudanças climáticas, principalmente nos setores: urbano, transporte, portuária, telecomunicações, geração e distribuição de energia e mudança do uso do solo.
- ✓ Desenvolver novas tecnologias para apoiar o setor industrial nas atividades de adaptação às mudanças climáticas, em especial as previsões de mudança do clima.
- ✓ Providenciar incentivos apropriados para investimentos produtivos em uma economia de baixa emissão de carbono.

De uma forma geral, quanto mais o governo trabalhar para tornar o país mais resiliente às mudanças do clima, menores serão os investimentos necessários para adaptação às mudanças climáticas.

Um aspecto importante dos investimentos para a adaptação às mudanças climáticas é o seu efeito sobre a competitividade das indústrias, especialmente aquelas que participam de um mercado com maior inserção global. Por esta razão, as medidas do governo na área de adaptação às mudanças climáticas devem ser analisadas também sob o ponto de vista de seu efeito sobre a competitividade

do setor industrial. Não somente deve ser evitado o prejuízo à competitividade como, se possível, esta deve ser incrementada pelas medidas adotadas.

2.3 Governança e Implementação

O formato democrático de condução dos trabalhos pelo Governo Federal vem criando um ambiente favorável, para que as partes interessadas possam ampliar as contribuições com o governo em relação ao PNA.

A principal lacuna observada no PNA é a falta de definição de um modelo de governança e de uma estratégia de implementação que defina prioridades, atores, responsabilidades e meios para cada uma das ações, bem como os mecanismos de articulação das mesmas.

O déficit de implementação de políticas públicas relevantes para a adaptação às mudanças climáticas, tende a deixar o país mais vulnerável a seus impactos. Superar estes déficits é um passo essencial e prioritário para reduzir a vulnerabilidades de setores e territórios.

Fortalecer a agenda de adaptação às mudanças climáticas demanda revisitar as políticas existentes incluindo essa perspectiva antes da criação de novas ações, políticas e programas, que representem um ônus adicional para o setor industrial.

Neste sentido, algumas ações são sugeridas para os desdobramentos das próximas etapas do PNA:

- ✓ Definir prioridades que ajudem a orientar o investimento público em adaptação às mudanças climáticas, considerando todos os setores e áreas de abrangência do PNA.
- ✓ Criar sistema de governança a nível operacional definindo responsáveis, ações, fluxos de tomada de decisão e a maneira como PNA articulará com as políticas públicas existentes nos três níveis da União, considerando a relevância dos municípios a respeito do uso e ocupação do solo.

- ✓ Integrar os temas relacionados aos diferentes setores, de modo a aproveitar sinergias e otimizar recursos, por meio do sistema de governança.
- ✓ Identificar origens e regras de acesso aos recursos financeiros para implementar as ações previstas no PNA, buscando não estabelecer ônus adicionais para a indústria.
- ✓ Elaborar indicadores para o monitoramento da execução de atividades, com mecanismos de retorno as partes interessadas e atualização contínua do plano de trabalho para implementação do PNA.
- ✓ Não estabelecer quaisquer vinculações entre medidas de adaptação às mudanças climáticas e o licenciamento ambiental, bem como quaisquer outras autorizações no âmbito do poder público nos três níveis da União. Isso representaria um ônus para o setor produtivo.

2.4 O Papel da Indústria

A execução do PNA será um grande desafio, mas que também pode gerar oportunidades. As ações previstas no PNA terão impacto sobre a competitividade do setor industrial brasileiro. Esse impacto será diferenciado de acordo com as peculiaridades de cada indústria.

O governo tem um papel importante a se destacar as relações internacionais, a consolidação da regulação, o planejamento e execução do setor de infraestrutura e o desenvolvimento de tecnologia. O setor industrial se propõe a ser parceiro do governo e apresenta a seguir proposta de ações para trabalho conjunto nos desdobramentos para implementação do PNA:

- ✓ Identificar prioridades de atuação do PNA, sob o ponto de vista dos impactos e sua repercussão sobre a competitividade da indústria.
- ✓ Atuar na padronização de informações e formatos de comunicação necessários para subsidiar as políticas corporativas no tema, de acordo com a realidade industrial brasileira.

- ✓ Desenvolver mecanismos de comunicação com o mercado financeiro, para demonstrar redução de riscos corporativos associados aos impactos das mudanças climáticas, para indústrias que possuem ações na bolsa de valores.

- ✓ Padronizar e disseminar os conceitos envolvidos em adaptação às mudanças climáticas para o setor industrial e agentes financeiros;

- ✓ Disponibilizar informações técnicas que complementem e qualifiquem as ações de desdobramento do PNA;

- ✓ Promover troca de experiências entre governo e setor empresarial, sobre os casos de sucesso na implantação de estratégias corporativas e programas de adaptação às mudanças climáticas na indústria.

3. Considerações Finais

Apesar dos desafios envolvidos na implementação da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas, oportunidades podem ser geradas e trabalhadas em conjunto por indústria, governo e sociedade.

A CT Adaptação, coordenada pela CNI, está disposta a continuar trabalhando em estreita colaboração com o governo na implantação do PNA, principalmente para organizar e apresentar as necessidades setoriais. O setor industrial tem condições de aportar contribuições objetivas sobre as repercussões dos impactos das mudanças climáticas na competitividade da economia nacional.

Além dos aspectos relacionados à estrutura de governança nos desdobramentos do PNA, devem ser encaminhados outros pontos importantes para a indústria, visando uma eficaz implantação do PNA:

- ✓ Disponibilidade de informações relevantes, para a implementação de estratégias e programas em adaptação às mudanças climáticas, aplicáveis a realidade empresarial brasileira.
- ✓ Promover o desenvolvimento de tecnologias necessárias para adaptação às mudanças climáticas.
- ✓ Estabelecimento de mecanismos que estimulem o aumento de competitividade do setor industrial, levando em consideração os impactos e oportunidades que podem ser geradas durante os desdobramentos do PNA.
- ✓ Acessos pela indústria a financiamentos e incentivos para lidar com a adaptação às mudanças climáticas.
- ✓ Implantação de infraestrutura com maior resiliência, contribuindo com a redução da vulnerabilidade regional às mudanças climáticas.
- ✓ Transparência na formulação de ações, políticas e programas relevantes para adaptação às mudanças climáticas.

A **Contribuição da Indústria à Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas** foi construída em diálogo e colaboração com as seguintes instituições:

CÂMARA TÉCNICA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Stefan David

José Carlos Dallacqua

Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro

Luiz Carlos Xavier

Braskem

Wilson Andrade

ABF

Cristiano Weber

Copelmi Mineração

Janille Piccoli

BRF

Claudia Salles

Instituto Brasileiro de Mineração

José Lourival Magri

Fabiane Nóbrega

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

Benedito Bezerra Mendes

Cirilo Jose Campelo Arruda

Roberto Bastos

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

Roosevelt Fernandes

Guilherme Correa Abreu

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Thiago Augusto Hiromitsu Terada

Beraca

Sofia Shellard

Vale

Jorge Peron

Lídia Vaz

Andrea Lopes

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Breno de Paula Aguiar

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Lucila Caselato

Instituto Aço Brasil

Marco Antônio Ramos Caminha

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Maurício Born

Associação Brasileira do Alumínio

Rose Hernandes

Leandro Belini

Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria Cosméticos

Marcia P. Ciminelli

Michaelle Santos

IBM Brasil

Sylvio Tobias Napoli Junior

Mariana Correa do Amaral

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

Nícia Mourão

Claudia Virgínia M de Freitas

Associação Brasileira da Indústria Química

Rodrigo Martins Vieira Coelho Ferreira

Indústria Brasileira de Árvores

Henrique Mendes

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

Erica Rush

Federação das Indústrias do Estado da Bahia

CONSELHOS TEMÁTICOS DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DA CNI

COEMA NACIONAL

Marcos Guerra | Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
Presidente

Shelley Carneiro de Souza | Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI
Secretário-Executivo

Conselheiros

Ailton L. Storoli | Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Alberto José Salum | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

André Gouvêia Vieira | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Antônio Renato Lima Aragão | Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Cirilo José Campelo Arruda | Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

Cláudia Virgínia Mistrorigo de Freitas | Associação Brasileira da Indústria Química

Cleverson Cabral | Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso

Henry Joseph Junior | Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores

Irineu Roveda Junior | Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Isaías Bernardini | Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul

João Carlos Redondo | Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

Jorge Cajazeira | Federação das Indústrias do Estado da Bahia

José Lourival Magri | Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

Marcelo Liveiro Carvalho de Moraes | Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico

Marcílio Caron Neto | Associação Brasileira de Celulose e Papel

Marco Antônio Ramos Caminha | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Maria Cristina Yuan | Instituto Aço Brasil

Mario William Esper | Associação Brasileira de Cimento Portland

Monica Moreira Linhares | Petrobras

Nilson Sarti da Silva Filho | Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Paulo Jair Kreuz | Federação das Indústrias do Estado de Rondônia

Pedro Silvério | Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Rinaldo César Mancin | Instituto Brasileiro de Mineração

Rosiléia Simone Galvão de Oliveira Brito | Federação das Indústrias do Estado do Pará

Roosevelt da Silva Fernandes | Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Sylvio Tobias | Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

Torvaldo Antônio Marzolla Filho | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

Valdinei Bento dos Santos | Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal

CONSELHOS TEMÁTICOS DE MEIO AMBIENTE REGIONAIS

COEMA REGIONAL CENTRO-NORTE

Marcos Guerra | Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
Presidente

Shelley Carneiro de Souza | Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI
Secretário-Executivo

Conselheiros

Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira | Federação das Indústrias do Estado do Acre

Alexandre Kadota | Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

Ana Paula Dias Machado de Castro Pessoa | Federação das Indústrias do Distrito Federal

Benedito Bezerra Mendes | Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

Charles Alberto Elias | Federação das Indústrias do Estado de Tocantins

Cirilo José Campelo Arruda | Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

Cláudia Pinedo Zottos Volpini | Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul

Cleverson Cabral | Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso

Elaine Lopes Farinelli | Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Isaias Bernadini | Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul

Ivandro Justo Behenck | Federação das Indústrias do Estado de Rondônia

João da Silva | Federação das Indústrias do Estado de Roraima

João Paulo de Assis Pereira | Federação das Indústrias do Estado do Acre

José Roberto Fernandes | Federação das Indústrias do Estado do Tocantins

Luiz Coelho de Brito | Federação das Indústrias do Estado de Roraima

Marcontoni Bites | Federação das Indústrias do Distrito Federal

Óseias Nunes de Castro | Federação das Indústrias do Estado do Pará

Pedro Silvério | Federação das Indústrias do Estado do Goiás

Renée Fagundes Veiga | Federação das Indústrias do Estado Amazonas

Rosiléia Simone Brito | Federação das Indústrias do Estado do Pará

COEMA REGIONAL NORDESTE

Marcos Guerra | Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Presidente

Shelley Carneiro de Souza | Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI

Secretário-Executivo

Conselheiros

Anísio Bezerra Coelho | Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Antonio Martins Rocha | Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

Antônio Renato Lima Aragão | Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Arlinda Conceição Dias Coelho | Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Cícero Gomes Barros | Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

Denise Pinto Gadelha | Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

Edgar Gadelha Pereira Filho | Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Erica Rush | Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Flávio José Cavalcanti de Azevedo | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

Francisco de Sousa Neto | Federação das Indústrias do Estado do Piauí

Frederico Gondim Carneiro de Albuquerque | Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

Gustavo Silva Carvalho | Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

José da Silva Nogueira Filho | Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

James Hermes dos Santos | Federação das Indústrias do Estado do Piauí

José Abílio Guimarães Primo | Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

José William Montenegro Leal | Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

Luiz Fernando Galvão de Almeida | Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Manoel Gonçalves dos Santos Neto | Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque | Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Natanael Silva | Federação das Indústrias do Estado do Piauí

Oséas Omena Ribeiro Sobrinho | Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Otiniel Gerônimo Barbosa | Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Pedro Terceiro de Melo | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

Roberto Pinto Serquiz Elias | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

COEMA REGIONAL SUL-SUDESTE

Marcos Guerra | Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Presidente

Shelley Carneiro de Souza | Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI

Secretário-Executivo

Conselheiros

Albano Schmidt | Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

Alberto José Salum | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Alceu Lorenzon | Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

André Gouvêia Vieira | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Anícia Aparecida Baptistello Pio | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Crislaine Tais Guasti | Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Irineu Roveda Junior | Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Júlio Nery | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

José Lourival Magri | Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

Luiz Custódio Cotta Martins | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Marco Antônio Barbieiri | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Marco Antônio Ramos Caminha | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Nelson Roberto Hubner | Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Rafael da Moreira César da Costa | Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Roosevelt da Silva Fernandes | Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Torvaldo Antônio Marzolla Filho | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

Walter Rudi Christmann | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

Wilmar Barros Barbosa | Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Diretoria de Relações Institucionais – DRI

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS

Shelley de Souza Carneiro

Gerente-Executivo

Elisa Romano Dezolt

Marcos Vinícius Cantarino

Mário Augusto de Campos Cardoso

Percy Soares Baptista Neto

Rafaela Aloise de Freitas

Equipe





Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA
